

INTRODUÇÃO

Este trabalho partiu do desejo de buscar embasamento para melhor refletir sobre a minha experiência no trabalho com crianças submetidas a diversas formas de violência familiar encaminhadas à área do judiciário, trabalho que venho realizando desde 2005. Nestes anos de experiência, tenho me perguntado como o profissional psicólogo atuando na Justiça pode ajudar os pais/responsáveis que foram representados judicialmente por estarem envolvidos em situações relacionadas a maus-tratos. Como estes pais compreendem a violência intrafamiliar que cometem contra seus próprios filhos e como eles se sentem diante disso? Alguns pais ou responsáveis consideram que a falta de limites, a desobediência e a recusa dos filhos em se submeterem às regras da casa e, conseqüentemente, da sociedade, podem ser resolvidas por meios considerados violentos. Para além desta intenção “educativa” estes atos frequentemente se revelam como meios de extravasar as dificuldades que permeiam as relações familiares, e que são atravessadas por complexas questões de ordem social e psicológica.

Refletindo sobre a violência contra crianças, podemos nos perguntar, como Motta (2003:26) se haveria

“alguma diferença significativa entre a família medieval que se valia dos valores moralizantes da época para surrar impiedosamente o filho com o suposto intuito de forjar-lhe o caráter e assim torná-lo um homem de bem e a violência observada nos casos estudados em que a família castiga violentamente o seu filho sob o pretexto de que se o mesmo não se interessa pela escola, estará colocando em risco seu futuro profissional, a pretexto de tornar os filhos homens de bens?”.

Como podem as famílias ser ajudadas a fortalecer os vínculos parentais e a capacidade de conviver com seus filhos sem recorrer a atitudes agressivas e sem procurar justificar suas ações violentas ou negligentes como justas e imprescindíveis para se educar uma criança?

Buscando responder a esta questão, caberia a tarefa de iniciar a pesquisa trazendo as contribuições de autores que escreveram sobre o papel da família, e particularmente da mãe, que assume, em nossa experiência, um lugar preponderante. Os papéis desempenhados pelos pais variam conforme o momento histórico, destacando-se na sociedade moderna a criação de um valor que permeia muitas concepções psicológicas, como por exemplo, a Psicanálise e confere ênfase ao papel da família e em particular à relação mãe-filho, considerada preponderante no início da vida. A partir daí, buscamos saber mais sobre o papel da família nos cuidados com seus filhos, destacando as funções da mãe e do pai, mas acentuando também a falta de clareza quanto às atribuições parentais na sociedade contemporânea, com consequências como a perda de autoridade, substituída pela violência. Apontamos ainda para o enfraquecimento das redes de solidariedade que sempre apoiaram as famílias das classes populares e para incapacidade de muitos pais ou responsáveis de prover um ambiente adequado e de proteção e apoio para suas crianças.

Desta forma, no primeiro capítulo, começamos realizando um breve percurso histórico contextualizando a família no Brasil, desde o tempo colonial, quando a família traduzia o caráter patriarcal e hierarquizado da organização social, com papéis familiares bem definidos e o destaque para a preocupação com a sobrevivência. Com as transformações de caráter político, econômico e social ocorridas no Ocidente ao longo do tempo, surgiu a família moderna, com destaque para as relações de afeto, de

solidariedade e de cooperação. A família nuclear urbana buscará a satisfação das suas necessidades pessoais procurando na vida privada se proteger do controle externo.

Entendemos também que seria fundamental tentar compreender como se instalam na família questões que envolvam violência, maus-tratos e negligência com relação aos filhos no cotidiano. Assim no segundo capítulo procuramos entender a relação de alguns tipos de violência com os vínculos estabelecidos entre os responsáveis e os filhos nos anos iniciais de suas vidas.

Autores clássicos da Psicanálise como Winnicott, Bowlby, Ferenczi e autores contemporâneos voltados para a questão da infância no Brasil, como Maria Regina Fay de Azambuja, Viviane Guerra, Maria Euchares Motta, Hebe Signorini Gonçalves, etc, nos auxiliaram a pensar questões vivenciadas no cotidiano em processos que envolvem crianças ou adolescentes e família. Embora não se possa atribuir a uma única causa, e muito menos dizer que há causas que possam ser definidas como condições necessárias, ou suficientes para que o ato violento ocorra, é possível entender que o isolamento social da família, múltiplas condições de stress, escassas atividades de lazer e pouca possibilidade de obter ajuda e apoio em momentos difíceis de convívio familiar estão associados a eventos violentos.

No terceiro capítulo apresentamos uma ilustração com sete vinhetas clínicas, constituindo exemplos típicos de casos que envolvem situações de violência, negligência e/ou maus-tratos na infância, e acabam na área do judiciário. Buscamos descrever a história de cada um, refletindo sobre os conflitos, as atitudes agressivas e suas repercussões no relacionamento familiar. Essas vinhetas foram criadas a partir de uma vasta amostra de atendimentos realizados em um órgão público estatal, para onde são encaminhadas crianças e adolescentes cujos pais ou responsáveis foram

representados judicialmente por maus-tratos, negligência e violência nas relações familiares na cidade do Rio de Janeiro. Os casos foram agrupados segundo categorias como negligência, violência física, abuso sexual, redes de apoio familiar, etc.

Com base na experiência prática e no conceito winnicottiano de ambiente facilitador, acreditamos que através do diálogo e da escuta diferenciada, podemos contribuir para que as famílias compreendam melhor a fundamental importância de um espaço para o diálogo entre pais e filhos para a resolução dos conflitos que refletem o cotidiano dessas pessoas.

Alguns profissionais envolvidos nestes atendimentos acreditam que o fortalecimento dos vínculos entre as partes reafirma os laços afetivos, apontando para a possibilidade de que se estabeleçam novas formas de lidar com os conflitos familiares. O intuito é de abrir aos pais a possibilidade de perceber novas formas de lidar com seus filhos, respeitando direitos e deveres, revendo as antigas crenças de que é natural obedecer, se submeter sem questionamentos. É importante não esquecer que se trata de situações que, como nos relata Théry (2007) são relacionadas à impossibilidade de arcar com o

[...] fardo educativo, cada vez mais pesado, num mundo que, pelo menos no Ocidente, dá a impressão de renunciar a transmitir à criança a partir do que se instituiu numa história. [...] Quem dentre nós não observou a multiplicação desses 'abandonos de fato' por pais sobrecarregados, cansados, culpabilizados, que agridem as instituições dizendo 'tome-o, antes de ouvir como resposta, apenas um pouco menos agressiva,' é você quem tem de se encarregar dele'. (Théry,2007,p.159)

1 A Família e sua função

Cada família traz uma história de vida. Um período de germinação, nascimento, crescimento e desenvolvimento. Embora pareça uma organização natural e espontânea do ser humano, ela apresenta diversas configurações segundo o contexto sócio-histórico. Desde a antiguidade, podemos perceber através de inúmeros relatos que a família preocupou-se em estabelecer princípios para sua regulamentação, regras, preceitos particulares e mutáveis segundo as necessidades de cada povo, de cada época, de cada necessidade social. Em função dos momentos históricos a conceituação do que se entende por família varia enormemente. Esta variação repercute nas vivências de cada grupo familiar na sua singularidade.

O crescente sentimento de família tem a ver com o desenvolvimento da privacidade em detrimento da utilização do espaço público e dos vínculos mais próximos e solidários para com a comunidade, características cada vez mais proeminentes em nossa atualidade. Na modernidade, estar a sós, em privacidade, “com nossa família e amigos íntimos, tornou-se um fim em si mesmo”, como afirma Sennett, (1988, p.16). A família tem participado da aprendizagem, funcionando como modelo para a criança nos primeiros anos de vida. É na família que aprendemos a lidar com o mundo e a nos colocarmos frente a ele. Como nos diz Winnicott (1986), “*tudo começa em casa*”. É preciso que algum membro desta família se envolva com os cuidados necessários e fundamentais nos primeiros meses de vida e se responsabilize pelo bem estar físico e emocional deste novo membro. Assim, a família em nossa cultura tem por função desenvolver a socialização básica numa sociedade calcada em valores e papéis. Portanto, toda a trama que envolve a família é extremamente complexa.

A socialização é vista por Berger e Luckmann (1999) enquanto processo de construção social do indivíduo, cabendo à mulher-mãe, como depositária das tradições e das informações sobre os cuidados, a alimentação e o bem estar do bebê, assumir a tarefa da socialização primária.

A socialização primária é a primeira socialização, nela o indivíduo toma posse de um eu e de um mundo objetivo, ou seja, é integrado a uma dada realidade.

Contudo, apesar da aprendizagem social ser objetiva, ela se passa em um clima emocional afetivo. Assim acreditamos também como os autores acima citados que “a aprendizagem com base em vínculos emocionais, afetivos, predominante na socialização primária, permite à criança, pois, viver emocionalmente as relações humanas, antes de experimentá-las por si mesmo”. (Gomes, 1994, p.60)

1.1 A família no Brasil: um breve percurso histórico

No Brasil colonial, a grande família representava o caráter patriarcal e hierarquizado da organização social daquela época, onde os papéis familiares eram bem definidos, estando seus membros preocupados primordialmente com a sobrevivência. Com as transformações de caráter político, econômico e social ocorridas no ocidente ao longo do tempo, surge a família moderna, onde há predominância das relações de afeto, de solidariedade e de cooperação. Esta família nuclear urbana busca a satisfação das suas necessidades pessoais e ao se isolar da comunidade, procura se proteger do controle externo. As observações de Badinter, embora feitas sobre a família na Europa, se aplicam também às famílias urbanas brasileiras tradicionais:

“é a hora da intimidade, das pequenas residências particulares, mais adequadas à vida íntima. Ao abrigo dos importunos, pais e filhos partilham a mesma sala de refeições e se mantêm juntos diante da lareira doméstica”. (Badinter, 1985, p.179)

Barboza (2000) nos relata que no Brasil

“a família do século XIX é [...] uma família hierarquizada, chefiando o pai, no exercício do poder marital e do pátrio poder. A esposa, mesmo sendo relativamente incapaz até 1962, detinha o poder doméstico, que lhe conferia um papel, ainda que pequeno, na sociedade familiar. Os filhos enquanto menores, sujeitavam-se (art. 379 do Código Civil) ao pátrio poder, dispensando-lhes a lei civil proteção, traduzida nos deveres inerentes ao pátrio poder”. (p.109)

Costa (1999) esclarece que *“na família conjugal moderna os pais dedicam-se às crianças com desvelo inconcebível nos tempos coloniais”.* (p.15)

A família no Brasil, a partir do século XIX, foi considerada um valor fundamental: era comum verem-se pais preocupados com a felicidade e a proteção dos filhos. Conforme se vê através de relatos de Araújo (1993), observa-se uma atenção à educação das crianças em todos os níveis, não só material, mas emocional também.

Segundo a autora:

O grupo doméstico troca o comportamento cerimonioso pela intimidade, a autoridade incontestável do chefe de família pela divergência de opiniões, o temor ao pai pela ternura entre pais e filhos, os papéis sexuais distintos por ações conjuntas, a rigidez moral por maior liberalidade de costumes, a solidez do grupo familiar pela fragilidade. (ARAÚJO, 1993, p.204).

Com isso, alguns pais não permitiriam mais castigos físicos (palmatórias e outras formas de punição). Podemos constatar em Araújo (1993), que desde o período que vai da Proclamação da República à década de 1930,

[...] os castigos corporais [já] eram vistos como coisa do passado nas escolas do Rio, mas vez por outra surgiam denúncias nos jornais do uso dessa prática, especialmente em colégios estrangeiros. O poder público é chamado a tomar providências, já que desde o Império não é permitido ao professor bater no aluno. (ARAÚJO, 1993, p.184)

Observando como o Estado fez sua intervenção na família burguesa, podemos perceber que ela passava por um discurso didático, através dos livros e pela instituição de uma aliança entre família e a medicina, através dos médicos de família que buscavam garantir a conservação das crianças e estender os preceitos higienistas.

De acordo com Costa (1999),

A partir da terceira década do século passado, a família começa a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos ...a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos da época. Esta educação, dirigida, sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares. (p.12)

Não podemos nos esquecer de que o Rio de Janeiro era a capital da República, local de formação e informação privilegiada para todo o país. Como formadora de opinião, a capital influenciava, era copiada em seus modismos, irradiando para todos os cantos do país o que nela acontecia, pois todos desejavam ser comparados à vanguarda nacional.

A preocupação com o bem estar, a vitalidade, os esportes, naquele momento da nossa história, era um dever dos pais, assim como cuidar da saúde dos seus filhos. Aparece também o papel dos médicos, através da divulgação de um novo ideal de saúde corporal, sendo as escolas, os jornais e o contato direto com as famílias a forma de propagar estas idéias que faziam parte dos princípios normativos do programa

republicano do Brasil de então. Idéias essas que o país desejava para que fosse visto como um país moderno e civilizado.

Assim pode-se verificar que “*o discurso médico tinha endereço certo. Ele se dirigia à família de elite, letrada, que podia educar os filhos e aliar-se ao Estado*” (Costa, 1999, p.69). Os pais erravam por ignorância, porém “*apesar de irresponsáveis, no fundo eles desejavam para os filhos aquilo que a higiene previa como correto e bom.* (p.70)”

Naquela época, conforme afirma Araújo

A cidade oferece uma variada programação para o lazer da criança, anunciando atrações para “suas pequeninas excelências”. Há festas em jardins públicos e em clubes, com brincadeiras, distribuição de prêmios e doces. No período de Natal há atrações especiais, como árvore de Natal e filmes para divertirem as crianças. Há peças de teatro infantil, operetas, espetáculos de mágica, parque de diversões com carrossel e balões rotativos. (1993, p.174-175).

Surge, portanto, na República Velha, um novo mercado, no momento em que a sociedade adquire esse novo olhar para a infância, esses cuidados, essa atenção focada, e aparece um local específico onde a formação dessas crianças deve ser realizada. Desde então a infância torna-se um mercado promissor.

Um mercado repleto de especialistas e especialismos. Especialistas que tentam resolver os males domésticos. Costa (1999) ressalta que “os indivíduos pertencentes à pequena, média e, em menor escala, grande burguesia urbanas parecem ter renunciado ao direito de resolver, por conta própria, suas dificuldades familiares”. (p.12)

Outros espaços, com passar do tempo, tornaram-se assim fundamentais e participaram da socialização das crianças. A escola dividiu com a família esta

responsabilidade na construção de um indivíduo que aprendia a viver em grupos segundo regras, normas e leis instituídas pela sociedade.

Contudo ainda existia uma relativa autonomia da organização familiar determinada por vários fatores que podiam ser econômicos, sociais e culturais.

A relação estabelecida entre pais e filhos neste momento refletia tanto os avanços da sociedade como a manutenção do status quo que algumas famílias desejavam sustentar e representavam o pensamento higienista, já que novas formas de relacionamento entre pais e filhos se instauravam no final do século XIX.

Assim, percebe-se que o modo de vida familiar mudou, afetado pela maior autonomia da mulher, o maior acesso aos serviços comunitários como a escola, a expansão da rede de transportes da cidade. Como aconteceu em vários lugares do mundo, “o Estado penetrou na esfera de atuação da família, criando e incentivando a criação de instituições que tomaram seu lugar”. (COSTA, 1993, p.46).

Com isso, as famílias tentam preservar seus valores e manter parte de suas tradições, porém elas se adaptam ao “cosmopolitismo de feição moderna” como aponta Araújo. (1993, p.283).

[...] a família não é mais vista como organizada por normas “dadas”, mas, sim, fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e, nesse sentido, sua duração no tempo depende da duração dos acordos. Conseqüentemente, como são frutos de escolhas individuais e negociações interindividuais, as vidas familiares serão cada vez mais idiossincráticas e fluídas. (Op. cit p.37)

No que se refere às classes menos privilegiadas, cuja grande maioria era analfabeta e não dispunha de médicos de família, o estado através de suas instituições

estabelecia ao invés de proteções discretas sobre os indivíduos, vigilâncias diretas na tentativa de se estabelecer a ordem pública. Destacam-se neste sentido a tentativa de reter o abandono de crianças, as uniões livres e a “vagabundagem” dos indivíduos.

Dias aponta que não é à toa a analogia entre a criança e o vagabundo:

“a criança tal como o vagabundo é considerada um ser que está em falta, é um ser insuficiente do ponto de vista da conquista da síntese das funções psíquicas. Nesse sentido as iniciativas junto à criança estarão sempre, necessariamente, marcadas por uma inspiração educativa, moral, corretiva, visando à supressão dessa insuficiência ora localizada em seu ambiente ora nela mesma” (1998, p.124)

Considerando as transformações socioeconômicas, jurídico-políticas e científicas pelas quais o Brasil passou, e frente à necessidade de novas formas de organização e controle da sociedade, aparecem instituições que buscam manter os indivíduos fixados a aparelhos de normatização, que procuram ao longo do tempo de vida controlar e punir através de um sistema de vigilância contínua. Surgem no século XIX às primeiras leis voltadas para a criança pobre, contemplando formas de controle da sociedade em que se destacam a valorização da educação e o surgimento da noção de periculosidade. De acordo com Dias (op.cit)

“a tutelarização, enquanto promoção de medidas sanitárias e educativas, vai incidir privilegiadamente nas classes menos favorecidas, ou, seja, nos lugares onde a pobreza cria a suspeita de uma imoralidade que justifica a suspensão do poder patriarcal. Redução espetacular da autonomia da família, assistência que se exerce cobrando o alto preço de uma despossessão cada vez maior dos direitos privados. (p.121)

A estas crianças a nova ordem disciplinar vigente busca normatizar para que se tornem cidadãos produtivos e úteis ao país, o que podemos perceber pela multiplicação de leis de proteção à infância desde 1840 até o final do século XIX, como as leis sobre o trabalho de menores, insalubridade das moradias, sobre o contrato de aprendizagem, sobre a vigilância de nutrizes, sobre obrigatoriedade escolar.

1.2 A função da mãe e o lugar da criança

A estrutura da família se transformou no tempo, passando de um modelo tradicional patriarcal para novas configurações, com destaque, na realidade das classes populares no Brasil, para o papel das mulheres.

Zilberman (1981) pontua o papel da mãe na família da camada burguesa da sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XIX com relação à infância:

A faixa etária correspondente à infância recebe valorização, passando a criança a ser o centro de interesse da célula unifamiliar, que se volta à sua conservação a partir de uma divisão de papéis: a mãe torna-se a responsável pelo lar e pela preservação dos filhos, sendo a provedora de alimentação e afeto; e o pai assume os encargos financeiros do pequeno grupo, advindo do trabalho sua principal fonte de renda (ZILBERMAN, 1981, p.86).

Esta “nova mãe” passa a desempenhar um papel essencial no aparecimento da família moderna. Como diz Dias:

“essa ascensão se fará acompanhar de uma progressiva degradação da função paterna cuja incidência na vida da criança se vê obscurecida pela preponderância da aliança entre o saber materno e o saber científico”. (1998, p.119)

Segundo Rago (1987) caberia à mãe ser *“vigilante, atenta, soberana em seu espaço de atuação, ela se torna responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar”.* (p.80).

Berquó afirma que:

Do ponto de vista demográfico e estatístico, mudanças e permanências vêm marcando a estrutura familiar brasileira nas últimas décadas. O caráter nuclear da família, isto é, casal com ou sem filhos, continua predominante, mas o tamanho da família diminuiu, e cresceu o número de uniões conjugais sem vínculos legais e de arranjos monoparentais – aqueles caracterizados pela presença do pai com filhos ou da mãe com filhos, contando ou não com outros parentes habitando conjuntamente. (1998, p.414)

A autora nos traz a informação de que a chefia feminina é outra característica associada a famílias monoparentais que encontramos na sociedade atual. Para ela:

O aumento do número de separações e divórcios, com menor chance de recasamento para as mulheres, a sobremortalidade masculina e os emergentes estilos de vida _ novas formas de união sem coabitação ou prole sem casamento _ são as principais determinantes de tal situação. (1998, p.429)

No mesmo texto Berquó sinaliza que há uma complexa articulação de processos que estão na base do aumento destas famílias monoparentais chefiadas por mulheres. As diferenças sociais na sociedade brasileira exprimem e assinalam mudanças importantes na condição feminina em nosso meio e é o que percebemos na maioria das famílias que buscam auxílio nas Varas de Infância ou que são encaminhadas para elas através de

alguma ação judicial. Grande parte destas famílias chefiadas por mulheres são constituídas por mães solteiras ou separadas convivendo com seus filhos. Estas mulheres buscam superar as situações conflituosas com seus filhos e desejam uma inserção social onde haja dignidade aliada ao seu papel de mulher/mãe. Este papel, para muitas, na falta de outras formas de inserção social, ainda é a única referência identitária possível, perpetuando uma antiga convicção que norteou durante séculos as relações sociais e as configurações familiares, como nos lembra Kehl (2001)

“as mulheres praticamente não existiam como seres de cultura, como sujeitos da ação na polis, e o único significativo que as identificava era o significativo mãe (...) e para sustentar o lugar da mãe de família burguesa como rainha do lar, que era uma necessidade da sociedade capitalista emergente, produziu-se uma enorme quantidade de saberes – filosóficos, médicos, literários, desde Rousseau, no século XVIII – que insistiam sobre a “natureza” feminina, como estreitamente definida pelas funções reprodutivas das mulheres” (pp.32-33).

Assim, a maternidade foi estabelecida como eixo da identidade feminina.

Badinter (1985) cita a Enciclopédia Larousse da edição de 1971, que descreve o instinto materno como *“uma tendência primordial que cria em toda mulher normal um desejo de maternidade e que, uma vez satisfeito esse desejo, incita a mulher a zelar pela proteção física e moral dos filhos”* (p.11). Esta autora não considera que o “amor materno” seja inato. Acredita que ele é adquirido ao longo dos momentos passados cuidando dos filhos e ressalta a importância da permanência e da constância para que se estabeleçam sentimentos e para tal relata ser fundamental que as separações não sejam prolongadas a ponto de desaparecerem.

Badinter (1985) faz uma ampla análise da relação da mulher frente à maternidade através dos séculos, destacando a decisão de amamentar ou não os filhos. Ela narra a diferença de comportamento das mães do século XVI ao século XVIII e nos

descreve como o interesse e a dedicação à criança modificou ao longo dos séculos. Se antes amamentar era algo comum e fazia parte da função materna, isto vai se modificando com os avanços da sociedade e suas demandas. No século XVII, grande parte das mulheres das classes urbanas mais abastadas passa a enviar seus filhos para serem cuidados por outra mulher, uma “ama”. Esta pertencia à classe popular, residia próxima à residência dos patrões, se as posses de sua família assim o permitissem, ou mais afastado da cidade, no campo, se as condições econômicas não fossem satisfatórias. Podemos constatar que variou amplamente o hábito de amamentar as crianças durante os séculos, contudo, “do fim do século XVI ao início do século XVII, a moda de enviar o filho para a casa de uma ama conquistou a família de uma maneira irreversível”. (Badinter, 1985, p.67)

A decisão de enviar os filhos para fora da família era tomada por diversas influências, uma delas era a teologia cristã, influenciada por Santo Agostinho que creditava à infância um peso negativo e recomendava aos pais uma pedagogia de frieza e severidade no relacionamento com seus filhos se desejassem educá-los. Acreditava-se que as mães pudessem através de seus mimos e educação tolerante colocar a perder os filhos, daí, exigiam castigos, sobriedade, severidade para não se estragar a criança e torná-la viciosa. E para tal pode-se perceber que a atitude com relação às crianças naquele momento podia ser vista na atitude pedagógica do século XVII que para “salvar uma alma, não hesitava em castigar o corpo”. (Badinter, op. cit p. 59)

Neste sentido é importante lembrar que a “cultura” familiar própria, com seus códigos, regras e ritos, é atravessada por variáveis sócio-históricas como situação econômica, valores morais, características culturais que constroem seus sentidos e campos de afecção. Um aspecto significativo disto se refere à concepção de infância.

A valorização da infância, tal como a pensamos atualmente, aparece concomitantemente ao sentimento de família que temos hoje, permeando as relações e a educação.

Sabemos através da análise histórica de Philippe Áries (1978) que na Idade Média e no início dos Tempos Modernos, embora as crianças fossem cuidadas por seus pais, no meio de uma organização familiar, naquele momento a infância inexistia como sentimento ou como valor. O autor nos relata que a infância era um período que rapidamente seria superado e era considerado de pouca importância. Sendo assim, naquele momento histórico a criança não era o alvo da atenção da família, e nem sempre essa família era de capital importância na educação dessa criança. Por muitas vezes, as crianças eram educadas por muitas pessoas com as quais conviviam, e que nem sempre eram da sua família de sangue, e era nessa “nova” família que se dava a sua socialização - mais próximo talvez do que vivenciamos hoje, e que será tratado mais tarde.

Gonçalves (2003) nos aponta alguns contextos que podem ter contribuído para que as famílias considerassem seus filhos como uma desgraça, assim ela enumera “*o contexto de pobreza e escassez de alimentos da sociedade feudal, bem como o ambiente belicoso e a exploração do povo pela nobreza e pelo clero*”. (p.21)

Nas ruas, na taverna, nas casas, elas compartilhavam com os adultos jogos, brincadeiras e uma série de divertimentos como passatempo e como forma de convivência social. Portanto, conviviam com os adultos em todos os momentos e aprendiam os valores e costumes com este contato próximo de convivência, tanto público quanto privado.

Ao final do século XVII, em um processo que vai se estender pelos dois séculos seguintes inicia-se o abandono da aprendizagem social que se realizava através do contato direto com os adultos. Passa a caber aos pais a responsabilidade de enviar seus

filhos à escola, onde receberiam a formação que era proclamada pelo pensamento moralista da época. A criança deixa de transitar entre os adultos e recebe educação em “*uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política*”. (ARIÈS, 1978, p. 277).

Pode-se ter a impressão, através de alguns relatos, de que durante muitos séculos a criança parecia ser considerada como um estorvo, já que ela demandava cuidados, atenção e sacrifícios que muitos não estavam dispostos a bancar.

Em contraste, com o advento das famílias modernas a partir do século XVIII, estabeleceu-se a intimidade, a vida privada, o sentimento de união afetiva entre o casal e entre pais e filhos. Esta nova ordem foi consolidada a partir da destruição de formas comunitárias tradicionais, reorganizadas em função das necessidades da ordem capitalista que se instalara.

Portanto, é importante tentar compreender a família dentro de seu contexto sociocultural e não naturalizá-la. Da mesma forma percebe-se uma naturalização do amor materno, concebido em termos de instinto e atribuído à “natureza da mulher”. Badinter (1985, p.20) argumenta que, de acordo com esta concepção,

“toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atitude pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginavam que o fenômeno biológico e fisiológico da gravidez devesse corresponder determinada atitude maternal”

Ainda segundo Badinter, a partir de Rousseau “a maternidade passa a ser entendida como um sacerdócio e a maternidade torna-se um papel gratificante, pois está impregnado de ideal”. (1985, p.223)

Embora, como acabamos de mostrar, nem sempre esta tenha sido uma prática para todas as famílias e seus filhos, ao longo do tempo a família foi se constituindo majoritariamente como um lugar privilegiado de proteção e pertencimento, constituindo um campo de enorme importância no aspecto relacional e de socialização dos indivíduos.

Em nossa cultura contemporânea, como aponta Carvalho (2002, p.15), as expectativas em relação à família como local dos cuidados, proteção, aprendizado de afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento estão no imaginário coletivo e se mostram carregadas de idealizações, sendo um de seus símbolos a família nuclear. Mas nem sempre o ideal corresponde ao que é encontrado na realidade.

Roudinesco diz que “à família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas”. (2003, p.21)

1.3 Pai e autoridade: algumas questões.

Azambuja (2004) relata que a pedagogia familiar passou por três modelos diferentes: no século XVI-XVII, sob a influência dos Jesuítas encontramos o que é denominado pela autora de “pedagogia do amor”. A segunda é denominada a “pedagogia da palmatória” e vigorou principalmente nos séculos XVI-XVIII, em contextos onde havia a predominância do modelo colonizador escravocrata.

Por último, instituiu-se o modelo calcado em teorias pedagógicas, que buscavam a modelagem do comportamento infantil através da punição corporal. Modelo este que parece tão naturalizado e banalizado que algumas famílias passam a não considerá-lo como violência.

Diversos pais nos relatam com certa frequência que não sabem mais de que forma exercer a sua função. Insistem, querem receitas, querem um caminho para segui-lo. Julgam terem perdido a sua função formativa. Alguns afirmam que gostariam de voltar a ser aquela “família que assegurava conforto e proteção aos seus membros, a herança era uma razão fundamental de obediência à autoridade familiar”. Sendo assim

“as primeiras relações de autoridade com o adulto, a criança estabeleceria por meio da família. Esta lhe transmitia os modelos sociais, as normas sociais de comportamento e a família representaria a matriz dos mecanismos de internalização, de submissão, funcionando como “agência psicológica” da sociedade.” (Guerra,2001,p.90)

Alguns homens se perguntam, tentam compreender que papéis a eles cabem nesta família atual, já que não conseguem vislumbrar um viés ao qual se ater.

Este homem reflete uma realidade social, já que

”a família simbolizava para ele uma fonte de prestígio em que era obedecido pela esposa e filhos e o seu papel autoritário era encarado como um direito natural, hoje a situação se transformou radicalmente, perdendo ele o poder e o prestígio de que desfrutou por longos períodos históricos.” (Guerra, 2001, p.139)

Entendemos a “função paterna” como organizadora das relações dizendo o que não pode e o que pode e de que modo pode fazer. Groeninga (2003, p.132) nos diz *que* “é pelo medo do amor do pai e pelo medo da punição que este vai ser um exemplo

internalizado”. Assim este pai no modelo tradicional é alguém amado e odiado ao mesmo tempo e será um dos modelos de autoridade.

A autora nos pede atenção para o que Freud chamou de ambivalência afetiva originária e a vivência edípica que vai imprimir aos afetos uma direção. São naturais os desejos amorosos e hostis que a criança tem em relação aos pais.

“Por meio da chamada conflitiva edípica, analisam-se na formação do indivíduo as fantasias, os afetos, a ambivalência afetiva originária, as leis de constituição da família, o inconsciente. Conflitiva que é elaborada na inter-relação com os pais, que por sua vez, vão ter ressignificadas suas próprias conflitivas na vivência com seus filhos”. (Groeninga, 2003, p.131)

Hoje somos levados a lidar com questões familiares envolvendo confusões no estabelecimento de papéis e no exercício de funções. Lidamos com filhos que são colocados no lugar de adultos, exercendo atividades que não lhes cabem, tomados como parceiros dos pais ou como cuidadores dos irmãos e dos próprios adultos.

Observamos que a maioria dos pais / responsáveis representados judicialmente por negligência ou por maus - tratos aos seus filhos acreditam que há pouco a fazer para mudar a maneira de lidar com os cuidados dispensados aos filhos, ou modificar a fraca relação de afeto que atravessa a vida cotidiana intrafamiliar. Guerra (2001, p.47) pontua que a violência traz consigo a chamada “morte da alma” na medida em que a criança não possa encontrar ninguém que a proteja. Ao ridicularizarem, denegrirem, rejeitarem de formas verbal ou física, ameaçarem ou intimidarem cotidianamente seus filhos, entende-se que eles os abandonam emocionalmente ou fisicamente. Esta atitude porém, não se restringe somente a pais ou responsáveis das classes mais desfavorecidas de nossa sociedade.

Alguns pais ou responsáveis não compreendem as consequências de deixar as crianças sós por horas a fio por sua própria conta, sem comida e responsáveis pelos

cuidados também de irmãos menores, embora a lei veja isto como violação dos direitos da criança. Outros levam seus filhos para as ruas para que trabalhem com eles ou para eles, usam drogas estando em companhia das crianças, não as fazem frequentar a escola, expondo-as e deixando-as vulneráveis a riscos sociais.

Segundo Guerra (2001, p. 92) para as classes mais desfavorecidas a criança representa mais uma boca a alimentar hoje e a incerteza dos benefícios que trará amanhã, que poderão significar ganhos ou perdas para a família e assim, “a criança se vê na obrigação, desde tenra idade, de exercer atividade remunerada para garantir o seu sustento e o de sua família, passando a sua mão-de-obra a ser vítima de cruel exploração em muitos casos.”

A violência emocional ou psicológica à qual algumas destas crianças/adolescentes são submetidas passa pela incapacidade de seus pais ou responsáveis de lhes prover um ambiente adequado e de proteção e apoio, incluindo atos que podem ter um efeito negativo no desenvolvimento delas.

Winnicott (1965, p.11) nos diz que a criança precisa de um suporte familiar e de um ambiente físico estável para crescer saudável e completando este nosso entendimento de que é fundamental que haja um ambiente “acolhedor, protetor e estimulador, para que a criança possa então introjetar essas boas experiências, que irão formar o patrimônio de seu ser que é sua personalidade.”

Precisamos de adultos que desempenhem a função materna e paterna para formar nosso psiquismo. O psiquismo organiza-se por meio das semelhanças e diferenças. A família pode ser vista como o lugar privilegiado das vivências e do estabelecimento das diferenças existentes, entre funções, entre os sexos e gênero, entre o privado e o público.

Roudinesco reforça a contribuição de Winnicott ao valorizar

“o fato de um equilíbrio entre os dois pólos materno e paterno ao assinalar que o pai é necessário para dar à mãe um apoio moral, para sustentá-la em sua autoridade, para ser a encarnação da lei e da ordem que a mãe introduz na vida da criança”. (2003, p.108)

Cabe à função paterna ser o organizador das relações. Esta função, pelo impedimento da satisfação imediata, se encontra relacionada com a origem do pensamento e da linguagem, possibilitando a transformação das sensações em sentimentos e idéias, a fim de que sejam simbolizadas por meio da palavra. Na falha disto, instalam-se os atos.

1.4 Famílias no desamparo

Na sociedade atual podemos observar diversas formas de agrupamento ou de recomposição familiar que se apresentam através de novos vínculos familiares. Temos famílias monoparentais que não só resultam de separações, divórcios, viuvez, mas que indicam a ausência parcial ou permanente de uma das figuras parentais. Famílias que concentram em uma só figura obrigações, responsabilidades e afetividade, e que buscam exercer a função paterna e materna dentro de novos contextos.

Em contraste com as monoparentais, também observamos as famílias reconstituídas ou pluriparentais que são formadas pela presença de diversas figuras nas funções parentais.

A família retratada no Código Civil de 1916 modificou-se com o tempo, ela já não é mais centrada no casamento que vigora “até que a morte os separe”. Variações que poderiam levar a supor o fim da família, porém Goldenberg (2003, p.21) postula que:

não se trata do fim da família, uma vez que outras estruturas familiares estão sendo testadas, contudo as tendências indicam o fim da família como a conhecemos até agora. Não apenas a família nuclear, mas a família baseada no domínio patriarcal, que tem predominado há séculos ... o surgimento de uma família nova e mais complexa, em que papéis, regras e responsabilidades não serão garantidas pela autoridade patriarcal e terão que ser permanentemente negociados.

Os novos vínculos estabelecidos podem ou não resultar em situações conflituosas; novas regras e valores passam a ser vivenciados pelo novo casal e pelos filhos das novas uniões, assim como os das uniões anteriores, convivendo e trazendo para a família as suas peculiaridades.

Correa (2000) pontua que “observamos uma significativa diversidade de agrupamentos que proporcionam a cada um de nós importantes referências afetivas, identitárias de pertença” (p.17).

Famílias que antes contavam com uma rede de apoio, proteção e vigilância e que constituíam modelos na construção da identidade de seus filhos, se vêem hoje frente a novas exigências, não dispendo do mesmo aparato com o qual contavam anteriormente. Assim como existem no desenvolvimento do indivíduo crises decisivas, existem também na vida da família períodos críticos nos quais os vínculos podem fortalecer-se ou debilitar-se.

Carvalho (2002) aponta que no Brasil as redes sociofamiliares sempre foram consideradas importantes porque nelas as pessoas encontravam apoio, afetos e uma sociabilidade fundamental para a sobrevivência de seus membros:

“[...] no Brasil, as sociabilidades sociofamiliares e as redes de solidariedade por elas engendradas nunca foram descartadas. É que elas foram e

são para as camadas populares, a sua condição de resistência e sobrevivência. Nela encontram possibilidades de maximização de rendimentos, apoios, afetos e relações para obter emprego, moradia, saúde”.(p.17)

Na direção inversa desta afirmação, hoje muitos pais não mais contam com a família por perto e nem podem contar com “*a solidariedade estendida aos vizinhos, que com o tempo dá lugar ao crescente individualismo de feição moderna*”. (ARAÚJO, 1993, p. 391).

Os cuidados antes extensivos a uma família maior hoje se concentram na família nuclear (pai-mãe e filho). Segundo Romanelli (2002)

[...] o modelo de família nuclear tem como atributos básicos: uma estrutura hierarquizada, no interior do qual o marido/pai exerce autoridade e poder sobre a esposa e os filhos; a divisão sexual do trabalho bastante rígida, que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas; o tipo de vínculo afetivo existente entre os cônjuges e entre esses e a prole, sendo que neste último caso há maior proximidade entre mãe e filhos; o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual. (p.75)

Em consequência disto muitas mães relatam que vivenciam um sentimento de desamparo por não poderem contar com uma rede social e não conseguem estabelecer uma boa aproximação com a criança, com prejuízo para o vínculo materno/filial. A Psicanálise e outras correntes do pensamento psicológico contemporâneo reiteram a importância e a necessidade deste vínculo para a saúde mental da criança, como afirma Winnicott: “*o vínculo entre a mãe e o bebê é muito poderoso no início, e todos devemos fazer o máximo para fazê-la preocupar-se com seu bebê nessa época, que é a época natural*”. (1979, p. 27)

Essas mães que não encontram apoio precisam se ocupar e preocupar com as coisas do cotidiano que exigem respostas imediatas e as impedem de conviver de um

modo adequado com seus bebês. Reclamam que lhes resta pouco tempo para exercerem a maternidade e desempenharem a função ambiental primária preconizada por Winnicott, que envolve o segurar, o cuidar, o olhar, o apresentar o mundo para o bebê, e se estende ao longo da vida em funções de apoio secundárias, fundamentais para uma vida saudável. A queixa destas mães reflete uma situação de crise familiar bem mais extensa.

O mundo mudou, os pais não são mais os mesmos, os filhos também não, a falta de clareza quanto às atribuições parentais, a confusão frente ao enfraquecimento da autoridade paterna se refletem nos conflitos e na falta de referências fazendo com que os jovens tenham dificuldade de “se integrar, tomando consciência de si, se diferenciando do outro, na construção do seu próprio eu”.(MINAYO, 2002, p.4)

Alguns pais se queixam de que perderam o controle sobre os filhos e por isto buscaram através de métodos coercitivos fazerem que eles obedecessem. Observa-se aí uma volta aos métodos de punição corporal que encontramos em períodos anteriores da história do Brasil.

Cada criança que chega à família traz um apelo, demandas, sejam elas cuidados mais extensivos, afetivas, inconscientes. Demandas que cada pai ou mãe irá buscar atender de acordo com sua capacidade interna e de acordo com suas estruturas emocionais ou sociais. Uma relação que será estabelecida no convívio intrafamiliar e dentro dela deve ser analisada e compreendida.

Cotidianamente lidamos com situações onde crianças são submetidas a maus-tratos por pais ou responsáveis que acreditam estar educando seus filhos e invocam que estão fazendo isto para o seu bem, e não entendem e não consideram justo serem penalizados por isto.

Estes pais desejam filhos que não tomem seu tempo, seu esforço e parecem-nos que anseiam por “um modelo ideal” de criança para os pais como o de Korczak (citado por Guerra, 2001,p.105) :

“A criança acomodada é o sonho da educação contemporânea, passo a passo com método, ela procura adormecer, sufocar, destruir tudo o que seja vontade da criança, sua liberdade, a força moral de suas exigências e de suas aspirações. Bom, obediente, gentil, fácil (...) por acaso pensamos alguma vez neste homem fraco, covarde, sem energia que a criança corre o risco de se tornar?”

Refletindo sobre os fatos que envolvem violência nas famílias agressoras percebemos que na maioria das vezes estas pessoas negam ter causado dor, sofrimento e ferimentos em seus filhos.

A maioria se utiliza do recurso da negação explícita, consciente ou não dos seus atos violentos, e somente admitem nos casos em que as evidências são irrefutáveis.

Contudo em nossas escutas e leituras de processos, atendimentos, supervisão e/ou ensino envolvendo casos de alegação de violência doméstica contra crianças e adolescentes que envolvem situações de negligencia, maus-tratos, violência sexual nos deparamos com situações complexas e tão amplas que em seguida apresentaremos em alguns recortes de casos, já que percebemos no decorrer do atendimento ou das leituras de casos que alguns envolvem simultaneamente dois ou mais tipos de violência.

Cabe ressaltar que este levantamento de casos envolvendo violência doméstica é o resultado da pratica em atendimentos na área do Judiciario, no qual juntamos nossas percepções e de outros colegas que atuam, em algum nível, com estas demandas nas Varas de Infancia e Juventude e Varas de Família.

Entendemos que todas as formas de violência praticada contra crianças e adolescentes no âmbito familiar envolvem relações de poder desiguais, com imposição do desejo, da necessidade de uma pessoa mais forte, ocupando uma posição privilegiada de ascendência sobre o outro, criança ou adolescente entendido como o mais fraco daquela relação.

No mundo atual, as transformações se aceleram e as crianças apresentam reivindicações de liberdade e autonomia antes mesmo da adolescência. Na medida em que as crianças vão crescendo, os pais se deparam com novas regras, novos horários, novos amigos e novas situações que se apresentam a todo instante. É comum os jovens buscarem sua independência, e os pais confundirem esta atitude com afronta, afastamento, perda de controle sobre a vida dos filhos.

Winnicott, refletindo sobre os testes que os adolescentes vivem fazendo aos seus pais, acredita que

“a razão principal parece ser a de que estejam encontrando sentimentos amedrontadoramente novos e fortes neles mesmos, e desejam saber se os controles externos estão ainda presentes. Mas, ao mesmo tempo, devem provar que podem se libertar desses controles e se afirmar como eles mesmos”. (1980, p.46)

Falando sobre esta evolução dos cuidados que se estendem para fora, com pessoas dentro e fora da família, Winnicott nos diz ainda que observando o

“(...) fenômeno do desenvolvimento que começa na maternagem e continua no interesse persistente que a família tem pelo adolescente, não podemos deixar de ficar impressionados pela necessidade humana de um círculo que se amplia continuamente para cuidar do indivíduo (...) todos estes círculos cada vez maiores representam o colo da mãe, seus braços e sua preocupação. (1980 ,p. 109)

É preciso que se modifique a relação anteriormente estabelecida para que uma nova se instaure, o que exige dos pais maturidade para dosar firmeza e flexibilidade e dos filhos confiança e reconhecimento da autoridade.

Araújo (1993) pontua que sempre existiram pais que participavam mais da vida familiar, eram mais compreensivos, presentes na vida da casa. Essa característica independia da classe social em que a criança estivesse inserida: pais que exerciam sua autoridade sem autoritarismo.

De um modo geral, pais ou responsáveis compreendem que ao criar seus filhos precisam exercer em alguns momentos um controle que passa pelo monitoramento e supervisão deles, contudo, este controle deve ter certa coerência e consistência.

Porém, na crise de autoridade que se instala em muitas famílias atuais, muitos pais parecem ter perdido essencialmente a confiança de seus filhos, daí terem perdido também a construção de um relacionamento calcado no respeito e autoridade. Grande parte deles acredita que os filhos lhes devem respeito, porém não se sentem co-responsáveis por esta criação, pois não sabem como fazer e como educar.

A sociabilidade funcionará como um fator de proteção que permitirá a ela em situações estressantes em sua vida ter uma flexibilidade de comportamento.

Para tanto se espera que os adultos estabeleçam na primeira infância a confiança básica de que todo ser humano necessita, através da regularidade e continuidade dos cuidados fundamentais a sua sobrevivência e a um desenvolvimento sadio.

Winnicott nos afirma que “quando há saúde, as crianças desenvolvem suficiente confiança em si mesmas e em outras pessoas, para detestar o controle externo de qualquer tipo: os controles se tornaram autocontrole.(1980, p.47) . Assim, os adultos precisam funcionar como porto seguro para as crianças, oferecendo atenção,

protegendo-as dos perigos que as ameaçam. Alguns conseguem mediar conflitos buscando recursos na comunidade e são capazes de promover condições para que a criança ou o adolescente sinta-se protegido e amparado social e psicologicamente.

Algumas vezes, eles percebem que necessitam resolver suas questões conflituosas pela intermediação de terceiros. Estes possibilitam que eles se ouçam e, vejam que existem visões e soluções complementares a um mesmo problema. Buscam orientação, uma escuta que proporcione o estabelecimento ou o restabelecimento da comunicação com o intuito de permitir o diálogo, como forma de superação dos conflitos

Embora as dificuldades de relacionamento e os sentimentos de desamparo existam em todos os níveis sócio-econômicos, nas classes sociais menos favorecidas grande parte dos jovens conta apenas consigo próprio para sobreviver. Ficam sós ou na companhia de irmãos na maior parte do dia. São responsáveis pelos irmãos e irmãs menores, pelos afazeres da casa, já que seus pais trabalham longe de casa e precisam contar com eles na manutenção da mesma, já que perdem um enorme tempo fora trabalhando para o sustento de todos.

Algumas crianças crescem sem carinho, sem afeto, sem referências positivas de vida em sociedade, sendo submetidas no dia-a-dia à violência em casa ou nas ruas. Estas crianças podem acabar refletindo o sombrio e sufocante mundo da miséria e do isolamento em que vivem. Parte da sociedade parece indiferente quanto à situação por elas vivenciada e quanto à discriminação sofrida. Jovens que por serem pobres já são considerados violentos, maus, rebeldes, imagens generalizadas e divulgadas por parte da mídia que estigmatiza crianças e adolescentes em situação de pobreza.

Nestes casos a escola poderia constituir um lugar de compensação, suprimindo algumas necessidades básicas que vão desde a alimentação à atenção e valorização através de olhares incentivadores. Mas não só a escola pública deixa frequentemente de atender às questões mais básicas da educação, como muitas crianças chegam exaustas à escola porque trabalham em casa ou nas ruas, sem motivação para aprender, buscando um espaço-tempo de descanso, um local de encontros com companheiros da mesma idade ou não, local de bate-papo e namoro, de algum lazer e brincadeiras, que frequentemente refletem a violência vivida no cotidiano. Assim torna-se difícil cumprir o propósito ideal:

Por meio da ação educativa, o meio social exerce influência sobre os indivíduos, que se tornam capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora. Essa influência manifesta-se por meio de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas e costumes acumulados, transmitidos e recriados de uma geração a outra. (ABRAMOVAY E RUA, 2003, p.33)

A evasão escolar é alta na camada mais pobre da população. Os motivos variam desde a necessidade de trabalhar para o sustento próprio ou o da família, como também o desencanto com a possibilidade de permanecer estudando pela crença de que o estudo formal de nada mudará a vida.

Para estes jovens: “*A escola colabora com a perpetuação da divisão de classes: fracassando na função de levar as camadas populares à aquisição dos bens simbólicos que constituem o capital cultural e lingüístico, condena essas camadas a permanecerem na condição de ‘dominadas’.*” (Soares, 1989, p.61)”.

A escola parece então ocupar uma posição ambígua. Se, por um lado, seria a possibilidade de contenção das crianças e caminho de acesso à outra condição de vida, por outro, constata-se com frequência sua falência e a pouca atratividade que exerce sobre as crianças.

Além da escola, o trabalho é mencionado como um caminho que pode levar à responsabilidade e a inscrição numa vida mais digna. No entanto, parece haver um descompasso entre o entendimento sobre o trabalho e o lugar que o mesmo ocupa no ECA, quando exercido por crianças e adolescentes.